política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Reação inflamada no Congresso



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Ao usar o tempo de liderança para rebater críticas de governistas na tribuna, o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo, foto) elevou o tom para defender a postura da oposição e repudiar o que considerou tentativas de intimidação. "Vamos investigar, processar e devolver, na moeda da Justiça; para esses petistas que acham que vão nos calar." Exaltado, o parlamentar garantiu que não cederá a pressões: "Podem me esfolar vivo. Podem me torturar, como torturaram muita gente ao longo desses anos, que não me calarei!", protestou. Van Hattem já havia cobrado a presidência da Casa pela leitura do requerimento de criação da CPMI do Banco Master.

'Leão sem dente'

A resposta ao discurso inflamado de Marcel van Hattem (Novo) veio na mesma moeda no plenário do Congresso. O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) usou a tribuna logo na sequência para rebater o parlamentar gaúcho e subiu o tom contra a oposição, a quem acusou de apoiar o golpismo e de não respeitar a democracia. Em referência direta à fala de Van Hattem - que instantes antes havia mandado os governistas "lavarem a boca" ao falar do seu partido - Correia disparou: "Eu nem vou mandar lavar a boca do leão sem dente, porque ele não tem nem dente para lavar essa boca. Apenas ruge, mas ruge sem condições de reação". O petista ainda chamou os adversários de "mesquinhos" e afirmou que a direita recorre a xingamentos por não aceitar a derrota nas urnas.

Alíquota da CBS em pauta

O senador gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) apresentou requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para incluir o diretor da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) Rafael Sacchi como convidado em uma audiência pública sobre os critérios de cálculo da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para 2027. Heinze destaca que Sacchi, que também coordena o Conselho de Assuntos Tributários da Fiergs, poderá debater os possíveis efeitos da alíquota sobre a competitividade da indústria gaúcha, utilizando exemplos dos setores de construção civil e infraestrutura, além de abordar os desafios que as pequenas e médias empresas (PMEs) enfrentarão na transição tributária.

Proteção no Fies

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio Grande do Sul expediu recomendação ao Ministério da Educação (MEC) para proteger alunos vinculados ao Fies durante processos de compra ou transferência de controle de universidades. A medida foi motivada por um inquérito em Passo Fundo, onde a Atitus Educação (antiga Imed) passou a recusar a renovação do benefício de estudantes "herdados" após adquirir a faculdade Fasurgs. Segundo o MPF, a instituição tentou impor uma linha de crédito privada e passou a cobrar mensalidades dos alunos, descumprindo as regras do programa. O órgão federal deu 30 dias para o MEC ajustar seus sistemas internos, condicionando a aprovação de trocas de mantenedoras no setor educacional ao compromisso expresso de manutenção integral dos contratos dos estudantes.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Fachin defende diálogo para Reforma do Judiciário

Presidente do Supremo defendeu a independência dos juízes

/ STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afirmou que a reforma do Judiciário deve ser realizada em diálogo entre os Poderes e não deve comprometer a independência dos juízes. "Não se deve promover uma reforma contra o Poder Judiciário, mas construir reformas com o Poder Judiciário, em diálogo com os demais Poderes, com as funções essenciais à Justiça, com a academia e com a sociedade", disse o ministro nesta segunda-feira, em encontro de representantes das Cortes supremas do Mercosul, em Brasília.

Para Fachin, nenhuma reforma comprometida com a democracia deve se tornar "instrumento de enfraquecimento da independência judicial".

"As reformas dos sistemas judiciais devem ser orientadas pelo aprimoramento institucional, pela eficiência e pela responsabilidade, sem comprometer as garantias indispensáveis ao exercício independente da jurisdição", afirmou.

O Supremo estuda uma proposta de reforma do Judiciário por meio de um grupo de juristas criado por Fachin em junho. O prazo para conclusão dos trabalhos foi fixado inicialmente para o dia 19 de dezembro, mas integrantes do grupo defendem o adiamento do debate para 2027 para incluir o Executivo e o Legislativo nas discussões e buscar um "pacto republicano" entre os Poderes.

O governo Lula, como mostrou o Estadão, já tem em mãos uma proposta do Grupo Prerrogativas, com sugestões que vão desde mandatos de 12 anos para ministros de tribunais superiores até a criação de um novo Código de Ética para magistrados.

ROSINEI COUTINHO/STF/JC



Ministro Edson Fachin participou de encontro de representantes das Cortes Supremas do Mercosul

Andrei nega crise na PF e diz que não será intimidado

/ POLÍCIA FEDERAL

Diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues nega racha e perda de autonomia da instituição. Ele também declarou, sem citar nomes, que não será intimidado. As falas ocorreram durante a cerimônia do Dia do Policial Federal e após polêmicas envolvendo o afastamento de delegados de investigações do caso Master.

Rodrigues defendeu que a PF "só tem um lado, do trabalho sério, técnico e imparcial" e que não se pode conceber que "vozes isoladas" sejam maiores que a PF. Ele apontou ainda que existem tentativas de minar a credibilidade da instituição em razão de "interesses vis e escusos", em especial após um período eleitoral e o início de um novo ciclo.

"Por mais que ataquem a instituição e a mim e aos meus familiares diretamente, não irão me intimidar, porque sabemos o que está por trás de tudo: a cobiça por cargos estratégicos e o comando da nossa instituição", disse o diretor-geral da corporação.

Em seu discurso, ele ainda defendeu sua gestão. "Todos sabem que nesta gestão, a hierarquia e a disciplina são princípios inafastáveis, assim como a autonomia técnica e a responsabilidade funcional. A propósito, uma sem a não funcionam, ao contrário, geram mazelas e vícios que experimentamos não faz muitos anos, com resultados nefastos ao sistema de justiça criminal e ao país", declarou.

As falas do diretor-geral ocorrem em meio a uma crise na PF. Na última semana, os delegados Daniel Cola e Wedson Cajé da coordenadoria-geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro, que atuavam em equipes ligadas a investigações do caso Master, foram remanejados para outros cargos por determinação de Rodrigues.